



Europa e o reconhecimento do “Estado Palestino”

(Aviram Bellaishe, Jerusalem Center for Security and Foreign Affairs, 29.04; Freddy Eitan, Worldnews.com, 29.04; Madjid Zerrouky, Le Monde, 28.04)

Os quatro países europeus que estão liderando atualmente o reconhecimento de um estado palestino - França, Espanha, Irlanda e Noruega – o fazem sob a influência de pressões de política interna: tumultos nas ruas, o debate público liderado por muçulmanos e a militância nas universidades. A França tem 6.8 milhões de muçulmanos (10% de sua população), 2.5 a 3 milhões vivem na Espanha e 5.5 milhões na Alemanha.

O reconhecimento diplomático da Palestina tornou-se assim um ato de apaziguamento, mas ignora as consequências destrutivas para a segurança de Israel, a estabilidade regional e o próprio futuro dos palestinos. As tentativas de diferenciar entre o “terrorismo jihadista” e o “combatente nacionalista” refletem a incapacidade de compreender o conflito, pois ambos têm a mesma estratégia subjacente, que não é um acordo, mas a destruição da “entidade sionista” e esse objetivo continuará a prevalecer enquanto os seus sistemas educacional, religioso e de mídia continuarem a propagar um discurso de ódio e de vitimização.

A França tem assumido a liderança dessa campanha, sob o falacioso e reiterado argumento de que a “solução dos dois estados” resolveria o conflito, sem sequer levar em conta que a grande maioria dos israelenses ainda está sob o choque do massacre de 7 de outubro de 2023 e rejeita tal iniciativa como uma ameaça à sua segurança.

Uma recente provocação francesa consistiu na tentativa de visita a Israel de uma delegação de 17 parlamentares, abortada pelo governo israelense, cujo objetivo transparente teria sido agitar a discórdia na política interna israelense, sensibilizada pela dramática situação dos reféns enquanto dura a guerra em Gaza.

A próxima ofensiva será uma conferência internacional na sede da ONU em junho, copresidida por Macron e pelo príncipe saudita Mohammed bin Salman, para promover a causa palestina, o que foi aprovado pela Assembleia-Geral da ONU em dezembro passado.

(Nota da Redação: Toda essa movimentação diplomática, com ou sem a cobertura da ONU, não é novidade porque já se repete há décadas, nem é capaz de impedir que Israel defenda a sua soberania pelos meios necessários.

Essas manobras de alguns dirigentes europeus não têm a chancela da União Europeia, que só pode decidir sobre tais temas por uma inexistente unanimidade,



não conta tampouco com o endosso do atual governo dos EUA, enquanto os países árabes moderados, que participam retoricamente de iniciativas desse tipo para não provocar as suas próprias populações predominantemente anti-israelenses, não estão tomando nenhuma medida concreta que possa levar à criação de um estado palestino, dado o risco de que ele seja controlado pelo Hamas ou alguma outra corrente radical, como a Irmandade Muçulmana, ou ainda represente o risco de fortalecer a presença iraniana na região).

A Corte Penal Internacional agora hesita

(Agência Reuters, 24.04; Harry Davies, Guardian-UK, 29.04)

A Corte Penal Internacional (CIJ) é constituída por três câmaras: de pré-julgamento, julgamento e apelação. A Câmara de Apelação determinou em 24.04 que a de pré-julgamento reexamine a sua posição com respeito aos argumentos de Israel que contestou a jurisdição da Corte na questão dos mandados de prisão contra o Primeiro-Ministro Netanyahu e o então Ministro da Defesa Yoav Gallant.

A Câmara de Apelação entende que a Corte não avaliou de forma apropriada os argumentos sobre a sua jurisdição e a legalidade dos mandados de prisão, tendo ocorrido um “erro de direito”.

Por outro lado, os juízes ordenaram que o promotor da CIJ, Karim Khan, não poderá mais fazer anúncios públicos sobre a aplicação de mandados de prisão no caso palestino sem a devida autorização da Corte. A ordem foi dada quando Karim Khan está preparando novas acusações a israelenses sobre alegados crimes de guerra. Segundo funcionários da CIJ, as ações do promotor contrastam com os procedimentos rotineiros e pressionam indevidamente os juízes.

(N. da R.: A divulgação das duas notícias parece indicar que a CIJ está considerando os riscos associados à sua perda de legitimidade e eventuais retaliações americanas com a decisão tomada contra Israel.

O chamado “erro de direito” consiste na ignorância sobre a lei e sua aplicação, sendo anuláveis os atos jurídicos praticados se o erro for considerado substancial. Israel, como os Estados Unidos, entre outros, não são signatários do Tratado de Roma que criou a CIJ e, portanto, não estão sujeitos à sua jurisdição. Repetidas vezes os governos americanos alertaram que não tolerariam tal intromissão na sua soberania, inclusive também no caso de Israel.

Quanto à proibição às iniciativas de Karim Khan, tanto ele quanto o então presidente da CIJ, Nawaf Salam, são libaneses, cidadãos de um país hostil a Israel, estando tecnicamente em guerra desde 1948, sendo que Nawaf foi pouco depois nomeado Primeiro-Ministro de seu país e o papel deles na condenação dos israelenses é igualmente contestável).

Árabes pelo fim da hegemonia do Hamas



(Danny Zaken, Israel Hayom, 22.04; Sebastien Usher e David Gritten, BBC News, 23.04)

A mídia dos países do Golfo, exceto a do Catar, e a dos demais países árabes moderados vêm proclamando a necessidade de o Hamas desarmar-se, libertar os reféns israelenses e aceitar o fim do seu domínio de Gaza. Em fins de abril o Egito, que é um mediador nas negociações entre Israel e o Hamas, adotou a mesma orientação, alertando que a recusa do Hamas levará a uma intensificação da campanha militar de Israel.

Em 23.04 Mahmoud Abbas declarou igualmente na TV palestina, com ampla divulgação internacional, que o Hamas deveria aceitar o seu desarmamento e soltar os reféns israelenses, porque estes são “uma desculpa para continuar atacando Gaza”. Abbas pretende que o Hamas lhe transfira “o controle do governo de Gaza e se transforme num partido político operando de acordo com as leis da Palestina”.

(N. da R.: A Jordânia e o Egito têm manifestado a preocupação de que o conflito acabe resultando numa pressão migratória dos palestinos que atinja os seus territórios, depois que o Presidente Trump propôs esvaziar parcialmente Gaza, enquanto o Egito tem ainda o interesse econômico de participar ativamente nas obras de reconstrução do território mediante financiamento internacional.

Essa versão favorável à eliminação do poder do Hamas está sendo reproduzida pela mídia, tanto no mundo árabe-muçulmano como nos países ocidentais, reforçando a argumentação israelense, de modo que a propaganda hostil a Israel tende atualmente a concentrar-se nos efeitos da guerra sobre as condições humanitárias dos palestinos de Gaza.

Por outro lado, não se vislumbra até agora como a guerra deverá terminar ou ser interrompida. O Hamas parece convencido a não libertar os reféns, a não ser aos poucos, em troca da cessação completa da ação militar de Israel, o que propiciaria a sua sobrevivência no comando de Gaza e seu rearmamento. O governo de Israel e, aparentemente, a maioria da sua opinião pública, pretendem obter a libertação dos reféns e o completo fim do poder do Hamas, dois objetivos que podem revelar-se contraditórios, com efeitos trágicos para os reféns).

Islamismo contra os cristãos

("TARIC Islamic Centre on YouTube", MEMRI – Middle East Media Research Institute, 25.04)

Pronunciamento (trechos) do “acadêmico” islâmico Abdullah Hakim Quick, no seu sermão do dia 25.04 no Centro Islâmico de Toronto, reportando-se ao falecimento do Papa Francisco:



“Nos passados dias, os eventos do mundo cristão dominaram as mentes das pessoas em muitas partes do mundo. Mas três questões essenciais que o Profeta (*Maomé*) tratou devem ser consideradas quando estamos vivendo num país de maioria cristã:

- Número um, o politeísmo (*obs.: o culto de imagens é considerado politeísmo pelo Islã*)

- Número dois, símbolos pagãos (*a Cruz seria um desses “símbolos”*)

-E finalmente o estilo de vida dos cristãos: eles comem carne de porco, não têm modéstia, não têm vergonha (*referência usual às vestimentas e comportamento das mulheres*) e é isso que os distingue de nós.

(...) Jesus está vivo agora e vai retornar para os muçulmanos...(há) uma grande confusão no mundo, uma grande guerra acontecendo, mas a liderança vai retornar aos muçulmanos.

(...) O Profeta, num hadith (*texto relativo aos atos e palavras de Maomé e seus companheiros, incluindo conselhos e justificativas de suas escolhas*) teria dito que Jesus retornará como um dirigente justo que vai destruir os porcos, quebrar as cruzes e suspender a cobrança da “Jizya” (*imposto cobrado de cristãos e judeus autorizados a viver entre os muçulmanos, ou seja, eles se converterão à religião muçulmana*)”.

(*N. da R.: Esse pronunciamento é apenas um pequeno exemplo do que os pregadores radicais difundem nas suas comunidades. Descrições muito mais abrangentes quanto aos conteúdos e os países envolvidos podem ser acompanhados pelo Daily Brief da MEMRI.org., que traduz do árabe, persa e turco para o inglês o que se prega nas mesquitas, rádios, TVs e redes sociais do mundo islâmico.*

A pregação permanente de intolerância e ódio, que não se limita aos judeus e a Israel, é responsável por boa parte da onda de antissemitismo ressurgido depois da II Guerra Mundial, mas também se reflete na crescente violência contra os cristãos na África e na Ásia, assim como nas tentativas de mobilização das comunidades muçulmanas contra a cultura dominante nos países ocidentais).